

Distribuição equitativa de sacrifícios

Foi talvez das palestras mais claras já proferidas pelo professor Mário Henrique Simonsen, ontem à tarde, em continuidade ao "Seminário JT". Ele concluiu com três propostas, para que "os sacrifícios atuais possam ser mais equitativamente distribuídos": substituição da atual política salarial pela livre negociação, corte dos subsídios com o aumento dos investimentos das estatais, fazendo-as recorrer ao mercado externo de financiamentos, e o controle atento da expansão da base monetária.

E os debates — que contaram com as presenças de Afílio Diniz (Pão de Açúcar), João Salad (economia da USP) e Marco Antônio Rocha (Jornal da Tarde e TV Globo) — foram cercados de algum humor. Quem esperava o antigo "economês" do ex-ministro, ouviu coisas como: "Não fui eu quem teve a idéia das velhas simonetas" ou "teremos um pequeno alívio até o final do ano, não grande, porque acredito já termos atingido o final do poço", ou ainda "não, não quero voltar à vida pública: há muita gente boa no Brasil, temos de dar lugar aos mais jovens".

Simonsen começou dizendo que, nos últimos oito anos, três choques abalaram a economia mundial: a quadruplicação dos preços do petróleo, no final de 1973; o segundo salto dos preços do petróleo, ao longo de 1979, após a queda do xá do Irã; e a alta sem precedentes das taxas internacionais de juros, desde o início do ano passado, originada pela mudança da política monetária norte-americana, em outubro de 1979, e o descompasso entre essa política e o déficit orçamentário daquele país. "O que talvez seja defensável para os Estados Unidos transformou-se no prato mais indigesto que o resto do mundo está sendo obrigado a engolir", disse Simonsen.

Até 1980, continuou o ex-ministro, tivemos no País períodos de aquecimentos

e desaquecimentos, sem que se registrasse: 1º declínio da produção industrial, e 2º, problemas agudos de desemprego. O ano de 1981 está-se configurando como o primeiro, nesse sentido.

Em seguida, Simonsen formulou cinco indagações, que ele mesmo passou a responder:

a) Haveria como evitar o aperto de 1981? Resposta: "A atual política de aperto poderia ter sido evitada se tivesse sido posta em prática, em doses bem mais suaves, há dois anos. Infelizmente, por um equívoco de perspectiva, no qual se juntaram governo e setor privado, pisou-se no acelerador. O leit-motiv de então era o combate à inflação pelo aumento de produção, e vale recordar o elenco de medidas tomadas nesse sentido: tabelaram-se os juros, expandiu-se fartamente o crédito subsidiado à agricultura, para gerar uma supersafra, que encheria a panela do povo, instituiu-se a atual lei de reajuste semestral dos salários, fez-se a maxidesvalorização cambial e, logo a seguir, foram prefixadas as duas correções, a monetária e a cambial. Os resultados da heterodoxia econômica estão documentados em todos os boletins estatísticos", afirmou.

Disse o ex-ministro que "todo esse exercício, ao que parece, foi inspirado num erro de interpretação sobre o milagre de 68/73, quando a inflação caiu ao mesmo tempo em que o produto real crescia 10%". "Aquele época" — prosseguiu —, "a economia podia crescer aceleradamente, por duas razões: se herdara muita capacidade ociosa e todos os ventos internacionais sopravam a nosso favor. O fato, porém, é que as condições de 1979 eram totalmente diversas."

E, agora, o governo estaria conduzindo a política econômica erradamente? Não, garante Simonsen: "Ou o governo faria mais ou menos o que está fazendo,

em matéria de política cambial, ou o País caminharia a passos cêleres para um impasse cambial. Esta última hipótese, que parece ter sido devidamente exorcizada, só teria um qualificativo: seria catastrófica".

Segundo Simonsen, "o problema não seria, como às vezes se pensa, o da possível humilhação nacional em ter que rescalonar sua dívida externa. A questão é que, mesmo diante de uma absurda moratória internacional, o país teria de cortar em vários bilhões de dólares anuais as suas importações essenciais. Esse corte, que também prejudicaria as exportações, nos levaria a enfrentar uma dramática economia de racionamento, com taxas de inflação a níveis de desemprego e capacidade ociosa que nos deixariam com incríveis saudades das atuais dificuldades de conjuntura. Quem quiser saber o que custa um impasse cambial, que olhe para a Polônia".

b) Até que ponto o Brasil administra sua dívida ou é administrado por ela? A pergunta é ingênua, segundo Simonsen, porque os empréstimos externos se destinam, na maior parte, não às empresas privadas ou estatais, mas a financiar as despesas em moeda nacional, ficando os dólares no Banco Central: "Como o que interessa é a dívida líquida, isto é, a dívida menos reservas, o máximo que se pode dizer, no caso, é que os mutuários em moeda estrangeira são intermediários do endividamento. Culpá-los é o mesmo que responsabilizar um habilidoso diretor financeiro que salva uma empresa da insolvência conseguindo um bom empréstimo bancário a longo prazo".

Dívida externa não é causa: é efeito do déficit em conta corrente, diz o ex-ministro. "... os banqueiros externos jamais faltarão ao Brasil o dia, a partir do qual, só precisarmos de empréstimos para girar a dívida. O problema é que, no momento, necessitamos de vários bilhões de dólares a mais. Esse adicional, gerado pelo eventual déficit comercial e pelo déficit de serviços que são juros, é a questão que inspira cuidados. Mas não se trata de um problema de dívida, e sim de balanço de pagamentos", comentou.

c) Qual a vinculação entre a atual política econômica e o problema do balanço de pagamentos? A vinculação é total, responde. "E, em matéria de balanço de pagamentos, creio que o Brasil precisa conseguir, em poucos anos, um superávit comercial que cubra, com folga, o déficit de todos os serviços, exceto juros, o que nos levará a confortável posição de só precisar de empréstimos externos para o giro da dívida. Na medida em que caminhemos decididamente para isso, não nos faltará apoio do sistema financeiro internacional".

d) Até que ponto, os atuais problemas brasileiros provêm do congestionamento de investimentos governamentais? Muito mais importante que os elefantes brancos (congestionamento dos investimentos) é o crescimento desordenado das despesas correntes, responde. "Na realidade, as despesas públicas, nos dois últimos anos, não apenas cresceram a passos largos, como muito pioraram em composição".

As duas últimas indagações — que medidas poderiam aliviar de imediato o setor privado e por quanto tempo durará a atual política de desaquecimento —, Simonsen respondeu com as três sugestões apresentadas: substituição da atual política salarial, corte dos subsídios e controle da expansão da base monetária.